

Proposta já recebe críticas

Estatizante demais. É como a maior parte do empresariado, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) define o anteprojeto de comissão provisória para estudos constitucionais. O presidente da CNI, Albano Franco, e o presidente eleito da FIESP, Mario Amato, criticam o capítulo referente à ordem econômica e também alguns dispositivos da ordem social, apoiando o conselheiro Luiz Eulálio Vidigal, que teve algumas de suas propostas derrotadas na comissão.

Amato afirma que o trabalho prevê a possibilidade de instituição de reserva de mercado em outras áreas da indústria nacional, o que, em sua opinião, «é um drama». Para ele, a indústria nacional precisa de proteção, mas não por esse tipo de dispositivo constitucional, e sim por tarifas, e apenas durante um certo tempo.

CNBB

Das entidades da sociedade civil que criticam a criação da comissão provisória para estudos constitucionais por considerá-la elitista, apenas a CNBB passou a ter uma opinião favorável ao produto de seus trabalhos. A OAB, segundo seu presidente Hermano Baeta, prefere ignorar o anteprojeto. Apontando falta de respaldo popular.

CNBB

Agradou a CNBB, principalmente, a valorização dos direitos do cidadão, expressa no projeto, com a criação de novos direitos como o «habeas data» — direito à informação e a rejeição a qualquer tipo de discriminação. Além disso, segundo d. Luciano o trabalho «demonstra um teor social bem maior do que as constituições precedentes». A CNBB, contudo, pretende estudar mais detalhadamente o projeto, pois entende que existem questões que devem ser melhor discutidas. «Pelo menos na perspectiva dos valores cristãos», como a educação e o direito das minorias.

Assim como a OAB, a CUT continua mantendo a crítica de que «uma comissão de notáveis não pode substituir a população». Segundo Jacó Bittar, «o Governo esta afastando o povo do processo constituinte». Por isso, afirma Bittar, de nada adiantam propostas da comissão favoráveis aos trabalhadores — como a diminuição da jornada de trabalho semanal para 40 horas —, pois «não se trata de colocar as coisas no papel, sem que exista uma efetiva participação para fazer cumpri-las».

CONTAG

Apesar de ter seu presidente, José Francisco da Silva, entre os dirigentes da comissão, a Contag considera o projeto apenas «razoável» e mesmo «timido» na questão referente à reforma agrária. José Francisco explica que não conseguiu fazer aprovar propostas como a fixação de um limite máximo para a propriedade, a criação de um fundo nacional de reforma agrária e a retirada da expressão «justa indenização».

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Andes, também tem críticas ao trabalho da comissão em sua área específica. O presidente Nilton Lima Neto afirma que o projeto abre possibilidades para que o governo continue financiando as escolas particulares e diz que a entidade vai defender na Constituinte a responsabilidade do Estado pelo ensino em todos os níveis.

FAORO

«Isto é elocubração que não tem nada a ver com o debate constitucional» afirma o constitucionalista Raymundo Faoro sobre o anteprojeto apresentado pela comissão provisória para estudos constitucionais.

— Acho que a comissão está querendo o loteamento do latifúndio, dividindo o poder entre as pessoas que já estão com ele — diz o jurista, acrescentando que a fórmula, um misto de presidencialismo e parlamentarismo, pretende «sacrilizar o que aí está».

Com 468 artigos, elaborada por 50 pessoas de diferentes classes e categorias sociais, durante um ano de trabalho, foi entregue ontem ao Presidente da República, o documento da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, espécie de roteiro do Governo para servir de base à nova Constituição.

Criada por decreto presidencial, em julho do ano passado, a comissão teve seus gastos (transporte, alimentação, hospedagem) orçados em sete milhões de cruzados. O presidente Sarney, entretanto, não encaminhará o trabalho ao Congresso Constituinte para não ferir a soberania do Legislativo.

«A Assembleia é livre e soberana. Por isso o Presidente decidiu não encaminhar o estudo», explicou o porta-voz da Presidência, Fernando César Mesquita, ao ser indagado sobre o destino do trabalho feito pela comissão que foi presidida pelo jurista Afonso Arinos. Disse ainda o porta-voz que «o trabalho não foi feito à toa, pois contem subsídios, e será publicado no Diário Oficial», documento só será encaminhado à Assembleia, entretanto, caso seja solicitado pelos constituintes.

A entrega do documento aconteceu em meio a uma solenidade no Salão de Despachos do Palácio do Planalto, com a presença de alguns dos integrantes da Comissão. No final da solenidade, Sarney condecorou Afonso Arinos com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito.

No seu discurso de apresentação do trabalho, o jurista Afonso Arinos — cujo pai, Afrânio de Mello Franco, presidiu a Comissão Constitucional de 1934 —, afirmou que o documento foi feito com «participação livre de interesses sociais diversos. Foi o pluralismo democrático que permitiu à Comissão, no exame dos mais variados, graves e complexos problemas nacionais, soluções intermédias, compromissórias, confluentes, as quais podem perfeitamente ser consideradas como de consenso. Há uma diferença evidente entre adesão e aceitação. No caso da comissão houve, por parte de seus componentes, aceitação geral do seu texto, sem que ocorresse adesão total a ele».

Dirigindo-se ao presidente Sarney, Afonso Arinos disse ainda que «a responsabilidade maior do atual Governo é a de que ele, ou iniciará grandes mudanças, ou terá perdido sua oportunidade histórica».

Já o presidente Sarney, impedido eticamente de encaminhar o estudo ao Congresso, afirmou em seu discurso: «A contribuição que para este fim esperava o Governo da comissão ai está. O aproveitamento de tão ricas sugestões será obra da Constituinte em sua indelegável soberania. Se quisermos ser uma grande Nação, teremos que ser uma grande democracia. Mas só seremos uma grande democracia, no dia em que tivermos um pacto que, acima dos homens, das facções e dos partidos, faça de nossa estrutura política a convivência pacífica de todos os brasileiros, regidos por instituições livres, estáveis, respeitáveis e duradouras».